

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL¹

Suzete de Castro Wiziack, Angela Maria Zanon, Icleia Albuquerque Vargas
*Bióloga, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*
suzetew@gmail.com, zanon.ufms@gmail.com, icleiavargas12@gmail.com

RESUMO: O texto reflete a formação de educadores ambientais como política pública no Brasil. Realiza uma análise do Programa de Formação de Educadores Ambientais - Escolas Sustentáveis e Com-Vida, Processos Formativos em Educação Ambiental e da Pós Graduação *lato sensu* Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis. A análise visa compreender o alcance, os problemas e os desafios presentes nas propostas, com enfoque para o seu desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O trabalho ancora-se na perspectiva qualitativa, pela qual se realiza um estudo descritivo dos aspectos que envolvem o desenvolvimento dos cursos de formação. Os resultados apontam para a continuidade das propostas, com um maior investimento por parte do governo federal, sobretudo no apoio à educação a distância, também para ajustes em seus pressupostos teórico-metodológicos.

PALABRAS-CHAVE: Escolas Sustentáveis, Formação de professores, Educação Ambiental.

OBJETIVOS: O estudo tem por objetivo realizar a análise da formação continuada de educadores ambientais no âmbito de duas propostas direcionadas à construção de Escolas Sustentáveis, em seu alcance como política pública no Brasil, identificando suas potencialidades, problemas e desafios.

MARCO TEÓRICO

A Educação Ambiental (EA) ganhou *status* como Política Pública no Brasil por meio da Lei 9795 de 1999 e, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE N.02-2012), são disponibilizadas as orientações gerais para o seu desenvolvimento, na qual se destaca o Art. 8º: *A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidade.*

1. O trabalho recebeu apoio da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul).

A luta pela inserção da EA como política pública na educação brasileira é longa, se fazendo presente, principalmente, nas últimas quatro décadas, com o apoio de movimentos sociais, das universidades e dos inúmeros educadores ambientais, oriundos dos mais diferentes grupos sociais.

Ao se construir uma breve linha do tempo da educação ambiental é possível constatar diversos eventos e ações frutos de movimentos sociais que, ao longo do tempo, estimularam reflexões e discussões ambientalistas em suas diferentes vertentes.

Da realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Brasil) em 1992 - importante evento que impulsionou o debate no país, à publicação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Ambiental (Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012), verifica-se a importância da capacitação de professores nas temáticas da Educação Ambiental e da sustentabilidade socioambiental como um importante passo para a consolidação da EA, sobretudo com sua inserção nas escolas. Na verdade, a capacitação de educadores é veiculada desde a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, quando foram traçados vários princípios para a EA, veiculados e debatidos no Brasil, e ainda hoje aceitos como válidos no desenvolvimento educativo.

Neste trabalho reafirma-se a importância da formação docente em EA como forma de favorecer a compreensão da problemática ambiental e de

(...) formação de profissionais, cidadãos, cidadãs e pessoas que saibam e queiram atuar na construção de sociedades sustentáveis, expressão de uma democracia radicalmente inclusiva, na qual a totalidade dos humanos possa estabelecer os seus pactos de governabilidade e governança (Sorrentino; Nascimento, 2014, p.3).

Com esse sentido, também reafirma-se a EA crítica como uma perspectiva fundamental para formar educadores voltados à transformação social, preocupados com a questão ambiental como questão de justiça que considera:

(...) os contextos socioeconômico, político e cultural, para incorporar a estrutura social, cultural e econômica na elaboração do projeto político-pedagógico das reflexões/ações educativas. Implica também, identificar os atores sociais em situação de risco e conflito socioambiental, para além do mapeamento dos problemas ambientais. O problema ambiental é diferente do conflito socioambiental, uma vez que o enfoque do problema ambiental tira do contexto analisado os atores sociais em disputa, que o enfoque do conflito socioambiental recupera para a centralidade da análise. Isso implica ainda facilitar a compreensão das assimetrias no poder, das injustiças existentes, dos mecanismos de concentração de renda e exclusão social, dos esquemas de opressão social e cultural que perpetuam as desigualdades (Layrargues, 2009, p. 27).

Layrargues (2009) reconhece a pluralidade como característica da EA brasileira, mas reforça a relevância dessa proposta como ação de compromisso social de superação das desigualdades sociais, nos processos de uso e apropriação material e simbólica da natureza.

Concorda-se com o pesquisador e compreende-se que segundo essa perspectiva, o desenvolvimento da EA na educação formal deve voltar-se para os processos de transformação da própria educação brasileira, com especial atenção às demandas de políticas públicas desenvolvidas, sobretudo as de formação de professores das escolas brasileiras.

A EA é práxis educativa e social, cuja finalidade é a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes voltados à compreensão da realidade da vida e para a atuação lúcida nos ambientes (Loureiro, 2011, p. 73). É com este significado que se busca neste artigo discutir as propostas de formação de professores.

A premissa crítica orienta a análise realizada nas propostas desenvolvidas por iniciativa da Coordenadoria de Educação Ambiental (CGEA – MEC), através de edital público, quando em 2011, três universidades públicas (UFMS, UFOP e UFMT) e a CGEA deram início à discussão e planejamento de cursos de formação continuada tendo, como público alvo, os professores da Educação Básica.

A principal ideia presente no programa (Processo Formativo em Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida), e no curso de Pósgraduação analisados é a reflexão e compreensão sobre o que seria um Espaço Educador Sustentável.

Para uma escola sustentável é fundamental a participação efetiva dos estudantes nos processos de transformações. Visando alcançar essa meta, as propostas de formação valorizam a implantação e efetivação da Com-Vida (Comissões de Meio ambiente e Qualidade de Vida na Escola) em cada escola, reivindicação que emergiu na I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em 2003. Com essa instância, busca-se o envolvimento da comunidade escolar nos destinos da escola, assim como a formação de lideranças juvenis para a defesa do meio ambiente. Valoriza o planejamento participativo permanente, sinalizando para a criação da Agenda 21 da Escola, produzindo espaços de debate em torno da sustentabilidade socioambiental.

Foi com essas premissas que se deu início o planejamento das ações para contribuir com a inserção das questões ambientais e da educação ambiental de forma interdisciplinar no fazer cotidiano das escolas. De estruturação complexa visando ao currículo escolar, à gestão escolar e ao espaço físico da escola, tais propostas foram desenvolvidas na UFMS nos últimos anos, conforme se apresenta a seguir.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado segundo a perspectiva qualitativa de pesquisa em educação, pela qual se realiza a análise dos dados de forma descritiva. A pesquisa qualitativa tem como pressuposto o “ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. A descrição dos dados é predominante na investigação que se preocupa mais com o processo, do que com o produto analisado. (Ludke; André, 1986, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira atividade na oferta de cursos de formação continuada contemplando a Educação Ambiental e as Escolas Sustentáveis aconteceu a partir de 2011 na UFMS. O público alvo foram professores e gestores de escolas públicas. A primeira formação disponibilizada foi uma capacitação como forma de aperfeiçoamento em Educação Ambiental, com enfoque para as temáticas relacionadas às mudanças climáticas. Para execução dessa formação foram produzidos materiais didáticos que permitiram a reflexão sobre a EA e os temas veiculados. O material mostrou-se extenso para o atendimento da formação prevista para acontecer em prazo de 4 a 6 meses, na modalidade de educação a distância. A formação também permitiu analisar algumas necessidades que foram colocadas pelos participantes dessa oferta.

Portanto, foi a partir da análise e avaliação dessa formação que se originou o Programa Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis e COM-Vida. A concepção desse programa reconhece a escola como um espaço educador sustentável ancorado em três dimensões: o espaço, o currículo e a gestão. Do projeto e da oferta dos cursos a professores e gestores, espera-se a construção de uma nova cultura na comunidade escolar, pois busca incentivar que o espaço da escola seja repensado em articulação com o currículo, de acordo com premissas da sustentabilidade socioambiental.

Na UFMS, o curso Educação Ambiental – Escolas sustentáveis e COM-Vida ocorreu em três ofertas (2012/2013; 2013/2014 e 2014/2015), atendendo a um total de 1180 professores e gestores con-

cluintes, em 118 escolas públicas. As duas primeiras ofertastiveram a duração de 90 horas (cada uma), enquanto que a terceira teve a duração de 120 horas. Como atividade final do curso os alunos/concluintes precisaram apresentar uma proposta de adequação das disciplinas da matriz curricular que contemplasse a interdisciplinaridade. Na mesma proposta desenvolveram o redesenho da planta baixa de sua escola, contemplando ecotécnicas (técnicas desenvolvidas para atenderem às necessidades de adequações dos espaços escolares em espaços educadores sustentáveis). Essas atividades permitiram aos tutores e professores do curso avaliarem se as dimensões currículo, gestão e edificações, foram compreendidas e contempladas pelos cursistas.

É importante indicar que os tutores que acompanharam os cursistas por todo o percurso detêm o título mínimo de mestre. Isto somente foi possível devido à organização de grupos de educadores na UFMS, constituídos, sobretudo, por egressos do Mestrado de Ensino de Ciências, da linha de pesquisa em Educação Ambiental.

Com relação à Pós-graduação *lato sensu* em Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis, também dirigida a professores e gestores de escolas públicas, foram promovidas duas ofertas pela UFMS (em 2013/2015 e 2014/2016). Na primeira oferta foram 132 inscritos e 89 concluíram, na segunda foram 193 inscritos e 121 concluíram.

Essa formação também enfocou o reconhecimento da escola como um espaço educador sustentável ancorado em três dimensões: o espaço, o currículo e a gestão, neste caso desenvolvido em disciplinas organizadas para atender às exigências formais da UFMS presentes como normas da pós graduação.

Como atividade final para a especialização houve a obrigatoriedade de produção individual de uma monografia para os concluintes da primeira oferta e de um artigo científico para os concluintes da segunda oferta.

Nas duas situações, as produções dos cursistas foram submetidas à avaliação de bancas compostas por professores mestres e doutores.

A análise do desenvolvimento dos cursos permite afirmar que, mesmo considerando que se possa atingir de forma satisfatória a re-estruturação nos três parâmetros, é necessário repensar a formação inicial do professor, sendo que isso envolve os currículos das instituições de ensino superior.

Com relação aos conteúdos presentes no curso Escolas Sustentáveis entende-se que seja necessária a revisão, com um maior aprofundamento nas reflexões sobre currículo e formação docente. Em relação ao conceito de espaço na concepção de espaço físico também precisa ser readequado, pois na prática, há uma dificuldade no reconhecimento e na interpretação de espaço físico da escola como espaço educador.

Avalia-se que os conteúdos propostos das disciplinas da formação de nível de Pós-graduação e a utilização dos recursos instrucionais produzidos para o ensino a distância, com estratégias de construção colaborativa mostraram-se eficientes e adequadas ao processo de aprendizagem. As temáticas discutidas nas disciplinas atenderam à realidade local e nacional, bem como as discussões globais sobre as questões ambientais e a construção do Espaço Educador Sustentável.

Com essas formações a UFMS contribuiu para a constituição de grupos de educadores ambientais que atualmente almejam enriquecer seus currículos cursando o mestrado ou o doutorado locais.

Os tutores que acompanharam esses procesos encontram-se capacitados para atuar em outros cursos de formação, sobretudo porque refletiram coletivamente os fundamentos e paradigmas inerentes à proposta desenvolvida.

Considera-se, portanto, que os objetivos foram satisfatoriamente atingidos e que as formações precisam ter continuidade enquanto políticas públicas.

CONCLUSÕES

A participação direta nesses procesos de formação continuada de professores, na busca pela “Escola Sustentável”, nos revelou a recorrência, entre os cursistas, do anseio pela efetivação das transformações na escolas em que trabalham. Também comprovou as férteis possibilidades de ações revolucionárias quando o desejo de mudança contagia e fortalece um coletivo no meio escola. Os processos formativos, ao estimular as ações coletivas, sobretudo valorizando a ação das Com-Vidas (Comissões de Meio ambiente e Qualidade de Vida na Escola), e ao propor um roteiro para a transformação da escola em espaço educador sustentável, além do promover o protagonismo dos educadores ambientais, incentiva a participação da comunidade escolar, dos estudantes e seus familiares, em especial da juventude, nos espaços de diálogos e nas tomadas de decisões nos âmbitos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, I.C.M. (2004) Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 156 p.; 28cm.
- LAYRARGUES, P. P. (2009) Educação ambiental com compromisso social: o desafio da Superação das desigualdades. In: Loureiro, C. F. B.;Layrargues, P. P. e Castro, R.S.; (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, C.F.B, LAYRARGUES, P.P. E CASTRO R.S. (Orgs.). (2011) Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania, 5 ed. São Paulo, Cortez.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. (1986) Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.

